

**MORTALIDADE INFANTIL EM DUAS FREGUESIAS DA
CIDADE DE AVEIRO NO SÉCULO XVIII**

Francisco Messias Trindade Ferreira

CITCEM-GHP

fmtrindad@gmail.com

Resumo¹

Sendo a mortalidade uma temática nem sempre fácil de abordar em termos demográficos, particularmente a que diz respeito ao Antigo Regime, ganha, por isso mesmo, uma acrescida e particular importância especialmente no que diz respeito à cidade de Aveiro. O motivo de tal pertinência centra-se no facto, sobejamente documentado, de a cidade ter, ao longo do século XVIII, perdido um vasto efectivo populacional. O fenómeno parece não ter tido paralelo em outros lugares do reino, sobretudo em populações do litoral atlântico e dever-se-á a condições específicas da localidade. Mas que tipo de mortalidade houve em Aveiro que levasse à perda de um efectivo populacional importante? Ou será que a população nunca foi tão grande como se pensava? Houve, de facto, epidemias ou outros tipos de fenómenos que provocassem o despovoamento do burgo?

Talvez não se consiga responder a todas as questões mas ficam de pé material e outros temas para desenvolvimentos futuros.

Estabelecer um valor de partida para a população a partir do qual se possa traçar uma linha evolutiva é tarefa que parece estar condenada ao fracasso. Dos valores apresentados no *Numeramento* de 1527 e referentes apenas ao número de vizinhos existentes, ao encabeçamento das sisas de 1685, passando pela fundamentação de D. João Soares, bispo de Coimbra, para justificar a desagregação da freguesia de S. Miguel (a única da então vila de Aveiro) nada parece firme e estável em termos de confiança nos números apontados.²

Se, pelo primeiro, o valor obtido fica na casa dos 4000 habitantes, já pelo terceiro a cifra eleva-se aos 12 000. Pelo encabeçamento das sisas de 1685 (cerca de 100 anos após a criação das quatro novas freguesias), o valor fica-se por pouco mais de metade: 6300 habitantes, com a agravante de este se situar no termo de um período de crescimento. Certo é que esta fase de crescimento, bastante razoável, que a população de Aveiro terá conhecido a partir da segunda metade do século XVII, seguia um movimento similar ao que se estendia aos concelhos vizinhos de Esgueira, Eixo e Ílhavo.³

¹ Investigação desenvolvida no âmbito do projeto "Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)", com referência FCT PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

² Todos os quadros, tabelas e gráficos são resultado do trabalho de investigação do autor.

³ Para uma mais detalhada análise sobre a evolução dos números referentes à população veja-se: Ferreira, Francisco Messias Trindade, 2009, **A questão demográfica** in Amaro Neves e Delfim Bismarck Ferreira (eds.), *História de Aveiro – Síntese e Perspectivas*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, pp. 175--190. Pelo cálculo da população efectuado a partir do número de nascimentos por ano em cada freguesia da vila de Aveiro, e pese embora não se possuírem os valores da Apresentação para a década de 1570, é de crer que o valor de 11 000 habitantes maiores esteja claramente empolado.

O facto de a população da então vila de Aveiro, particularmente as classes populares, e destas aqueles que de uma ou outra forma se encontravam ligados à ria, ser uma mão-de-obra versátil terá facilitado um aumento razoável dos rendimentos e por consequência uma melhoria das condições de vida. Uma significativa parcela da população das freguesias sobre as quais se debruça este trabalho (Vera-Cruz e Nossa Senhora da Apresentação) dedicava-se às actividades piscatórias e ao trabalho do sal – os denominados marnotos. Era possível, e tal constata-se na reconstituição das paróquias, desempenhar ambas as profissões: da Páscoa às primeiras chuvas de Outono, o trabalho na marinha; no restante tempo do ano, a pesca na laguna, também fonte de bons rendimentos e passível de se realizar no Inverno sem os riscos tão grandes e inerentes à profissão quanto a desenvolvida em mar aberto.

Um dos problemas que a investigação actual da história local enfrenta é o confronto constante e permanente com a história local tradicional. Esta, com méritos que não se podem deixar de reconhecer, enferma de diversos vícios que, sob um olhar mais atento, lhe retiram a credibilidade tão necessária a uma disciplina como a História. A título de exemplo apontam-se dois tipos de erros comuns: um primeiro é a tendência para o exagero panegírico das grandezas e virtudes do local e suas personagens destacadas; outro tem a ver com a minimização de factos menos convenientes ou elegantes que ponham em causa os primeiramente enunciados.

Outro aspecto a considerar é uma quase recusa da revisão do anteriormente escrito, assumindo-o como conhecimento acabado e sendo, como tal, repetido até à exaustão. A consequência lógica de tal atitude de espírito leva a uma descredibilização e conseqüente menorização da história local, levando-a a ser olhada com natural suspeição.

A reabilitação da história local passa pelo regressar às fontes primárias e proceder a uma análise o mais fria possível, despida de bairrismos ou paixões bacocas que nada de útil acrescentam à dimensão científica. A dignificação da história local e a obtenção de reputação científica incontestável é tarefa difícil após tantos anos de olhada de soslaio. No entanto, é um empreendimento que não se pode deixar de abraçar em nome da própria História, porque esta precisa inevitavelmente de muita história local para se obter a grande visão de conjunto. De outra forma será impossível.

Vem este prolegómeno a propósito do tema que se vai abordar: a questão da mortalidade, particularmente da mortalidade infantil em Aveiro. É um assunto para o qual a historiografia local tradicional já sentenciou: a cidade de Aveiro no século XVI (então vila) chegou a ter no seu burgo 20 000 ou 30 000 habitantes (conforme as versões), incluindo muitos escravos e estrangeiros que nela se estabeleceram. O fecho da barra decretou a decadência

da vida económica da cidade e a diminuição da sua população constantemente dizimada por epidemias e pestes, que reduziram a população a um número de 3 a 4 mil habitantes na alba do século XIX.

É este, em traços largos, o panorama geral transmitido pela historiografia local tradicional, não baseada em estudos ou investigação credível, antes sustentada por opiniões e pareceres.

Por estas razões, um estudo sobre a população de Aveiro, ainda que baseado em apenas duas das suas quatro freguesias, trabalhando as fontes primárias básicas que são os registos paroquiais, necessita de uma atenção muito particular e cuidados acrescidos.

As fontes e o seu tratamento

Empregando a metodologia de reconstituição de paróquias, procedeu-se à reconstituição da população das freguesias de Nossa Senhora da Apresentação⁴ e Vera-Cruz, partindo, no primeiro caso, de 1590 e, no segundo, de 1572. Ambas as freguesias apresentam algumas lacunas nas séries de registos, mas que não se afiguram gravosas nem impeditivas.

Nestes moldes, a freguesia da Apresentação apenas inicia a série de registos de óbitos em 1624 e a da Vera-Cruz apresenta uma falha de registos, também de óbitos, entre 1664 e 1686. Apesar de esta última ser um pouco mais problemática, é possível trabalhar com fiabilidade os dados ainda a partir do final do século XVII.

A qualidade dos registos afigura-se elevada ao longo de todo o período em análise e mesmo para além dele. Com as ressalvas dos períodos temporais atrás referidos, os assentos de qualquer tipo de acto estão muito completos e, de um modo geral, não dão azo a dúvidas de identificação, o que não deixa de se realçar. Ainda assim é possível classificar os registos da Vera-Cruz como excepcionais, levando em consideração a constância das características dos assentos. Um aspecto que não passa em claro logo à primeira vista é a qualidade da caligrafia e a organização dos assentos ao longo de todos os livros. Quer uma quer outra são absolutamente irrepreensíveis.

Para se ter uma breve ideia: nos assentos de baptismo surgem sempre indicados os pais, a naturalidade e a sua morada (na rua x); os avós e a naturalidade; os padrinhos e procuradores, com naturalidade e grau de parentesco com o baptizado, se o houver, e ainda a morada; as testemunhas; as assinaturas das testemunhas (quase sempre). Nos assentos de óbito, e conforme os casos, surgem indicados a morada e o estado civil (se casado/a ou viúvo/a, de quem); no caso de solteiros surge a indicação dos pais, aparecendo em muitos casos

⁴ De ora em diante designada abreviadamente por *Apresentação*.

a idade aproximada (e quase sempre coincidente com a idade real); os recém-nascidos e menores também estão assinalados com a indicação da idade, seja em dias (num ou noutro caso indicam-se as horas e os minutos de vida), meses ou anos. Infelizmente as causas do óbito não são assinaladas com regularidade em ambas as freguesias. Esporadicamente indica-se um motivo: apoplexia, afogamento, “acidente que lhe deu” e pouco mais. Seria interessante, de facto, ter um vislumbre mais qualitativo e elucidativo da mortalidade nestas freguesias. Nos registos de óbitos há ainda a preocupação de indicar na margem de cada um deles o custo da cova e mesmo depois as despesas com o enterramento.

A qualidade superior dos registos em ambas as freguesias possibilita a realização de abordagens demográficas que de outra forma seriam impossíveis de efectuar. No entanto, e apesar de não se poder garantir 100% de exactidão com a realidade de então, as análises demográficas revelam, sem dúvida, uma faceta da demografia urbana do antigo regime (mais concretamente de Aveiro) que passaria despercebida ou ficaria eternamente em dúvida caso se verificasse uma qualidade de registo mediana como em muitas outras paróquias deste país.

Encontrar uma justificação para a existência de uma qualidade tão excepcional dos registos não é tarefa fácil. Faltam elementos e o que se dispõe são apenas indícios circunstanciais que podem levar a algumas interpretações, que não passarão disso mesmo. Neste contexto, e sem qualquer ordem na prioridade das hipóteses, refere-se o facto de se tratar de paróquias urbanas sujeitas a um escrutínio mais apertado das autoridades eclesiásticas, pelo que os registos teriam sido mais cuidados. Outra possibilidade prende-se com a necessidade de uma contabilidade bem organizada, uma vez que eram paróquias com um elevado número de coadjutores e curas e havia que prover a todos. Pode ainda acrescentar-se que as matrizes de cada uma das freguesias andavam em constantes obras de reparação e/ou remodelação e que os materiais empregues na sua edificação não seriam de grande qualidade pelo que a sua fácil e relativamente rápida deterioração implicava a necessidade das obras e de dinheiro para as custear.

São naturalmente apenas hipóteses explicativas para a justificação da permanência de registos com tão boa qualidade ao longo de muitas décadas. Essa mesma qualidade permite seguir cada geração nascida nestas freguesias ao longo da sua vida. A riqueza informativa dos registos possibilita que o percurso de vida de cada pessoa seja documentado ao longo do tempo, pela sua participação na vida da comunidade. Quase se pode dizer que cada pessoa é passível de ser seguida do berço à tumba. Dentro desta possibilidade de seguimento, fez-se o acompanhamento das gerações nascidas a partir da década de 1690 em ambas as freguesias. Apesar de os dados ainda se encontrarem em aberto (o levantamento dos óbitos terminou, por ora, em 1771, inclusive), os resultados revelam-se, desde já, prometedores.

Quadro 1. Controlo das gerações

Anos	Apresentação			Vera-Cruz		
	Nascimentos	Destino Desconhecido	Destino conhecido (%)	Nascimentos	Destino Desconhecido	Destino conhecido (%)
1690-1699	412	113	72,6	483	169	65,0
1700-1709	261	84	67,8	530	165	68,9
1710-1719	277	115	58,5	446	117	73,8
1720-1729	247	76	69,2	392	93	76,3
1730-1739	323	102	68,4	491	139	71,7
1740-1749	295	111	62,4	440	129	70,7
1750-1759	273	108	60,4	317	134	57,7
1760-1769	312	188	39,7	406	266	34,5

Os critérios empregues para o controlo das gerações foram apertados, mas não exaustivos. Consideraram-se como condições para que o destino final fosse conhecido a existência de data de óbito ou saber-se que o indivíduo casara. Não se consideraram as mulheres que foram mães solteiras, nem aqueles para as quais existia a indicação de terem participado em actos como testemunhas ou padrinhos, apesar de haver informação relevante nos diversos registos.

Os resultados (e lembre-se que ainda não estão completamente fechados, pois falta compilar os óbitos restantes para o século XVIII e XIX) dão a entender tratar-se, de uma população bastante estável. Para já, as gerações das décadas de 1710 a 1750 com mais de 70% de efectivos com destino já conhecido (particularmente na Vera-Cruz) abrem caminho ao conhecimento quase completo da sorte de toda uma parcela muito significativa. A acontecer, pode obter-se uma análise qualitativa da mortalidade nestas freguesias, assim como será possível avaliar as características e o peso da mortalidade em determinados escalões etários, particularmente a mortalidade infantil e a infanto-juvenil, determinantes para o desenvolvimento de uma população.

Os dados demográficos

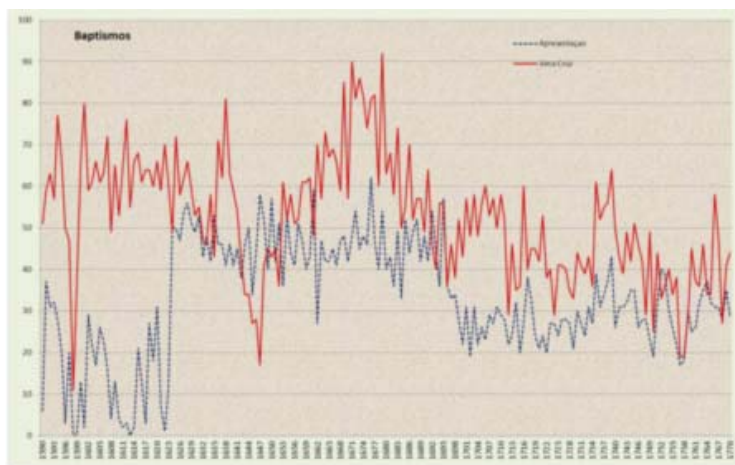
A reconstituição das duas paróquias permitiu a recolha de valiosa informação a respeito da população e do movimento dos seus actos vitais: baptismos/nascimentos, casamentos e óbitos. Foi com base neles que se desenvolveu toda a análise aqui exposta, em particular a respeitante à mortalidade.

Gráfico 1. Saldo fisiológico



O confronto dos dados respeitantes aos baptismos e mortalidade oferece a possibilidade de se observar o saldo fisiológico da população. Este é oscilante ao longo do período estudado, conhecendo fortes amplitudes de valores ao longo dos anos; após anos consecutivos de afundamento emergem outros de recuperação vigorosa; destaca-se particularmente o período 1747-1749 pela enorme diferença entre nascimentos/baptismos e óbitos; todavia, o cômputo global acaba por se afirmar positivo, ainda que de forma muito ténue.

Gráfico 2. Movimento dos baptismos



A observação do movimento dos baptismos de ambas as freguesias⁵ revela alguns aspectos interessantes que se poderão considerar, para análise, divididos em três momentos: até meados do século XVII assiste-se a uma quebra quase simultânea dos nascimentos; daí em diante, e durante um período de 30 anos, emerge um crescendo de nascimentos, mais forte na Vera-Cruz que na Apresentação; de 1680 até final da observação, regista-se uma quebra acentuada dos nascimentos/baptismos que começou na Vera-Cruz e depois se estendeu à outra paróquia; pelo meio deste último período existem pequenas recuperações que se revelam de facto efémeras.

As linhas de evolução dos baptismos seguem de forma quase paralela a partir de 1648. Mais expressiva é a linha da Vera-Cruz, que, no período de 1646 a 1679, regista uma média anual superior a 61 nascimentos, atingindo um pico de 92 nascimentos neste último ano. A quebra do ritmo de nascimentos ocorre, nesta freguesia, sensivelmente a partir de 1686, deixando a média anual de nascimentos na casa dos 45.

O mesmo fenómeno emergira poucos anos antes na Apresentação. Nesta freguesia depois de um pico de nascimentos de 62 em 1676, este valor jamais voltará a ser alcançado, mesmo ao longo do século XVIII. Apesar de ter tido ainda valores interessantes nos anos seguintes, a diminuição de nascimentos registados de 1695 a 1770 baixa as médias anuais para a casa dos 28. O contraste com a média alcançada entre 1624-1695 de um pouco mais de 46 nascimentos anuais é significativo.

Em termos médios, a freguesia da Vera-Cruz regista 61,5 nascimentos anuais entre 1647 e 1679 contra 45,6 no período 1680-1771. Já a Apresentação passa de uma média de 46,2 baptismos entre 1624-1694 para 28,6 de 1695 ao final do período em 1771. O mínimo que se poderá dizer é que se trata de quebras “violentas” em ambas as freguesias. As perguntas lógicas que se impõem, neste momento, são simples: que se terá passado para o número de baptismos/nascimentos ter conhecido uma quebra de quase um terço? Por que se mantiveram valores tão baixos para a natalidade? A mortalidade teve aqui algum papel determinante? Intervirão factores de outra ordem, que não a demográfica, neste panorama?

Para o crescimento da segunda metade do século XVII não terá sido certamente alheio um forte incremento da actividade económica decorrente da Guerra da Restauração, particularmente a produção de sal. Esta processava-se de forma intensa na ria de Aveiro, com um especial destaque para as marinhas localizadas nos concelhos de Aveiro, Esgueira

⁵ Intencionalmente apresenta-se o movimento dos baptismos a partir do final do século XVI. Apesar de algumas lacunas, particularmente na freguesia da Apresentação, os dados para esta freguesia aparentam ser consistentes a partir de 1624.

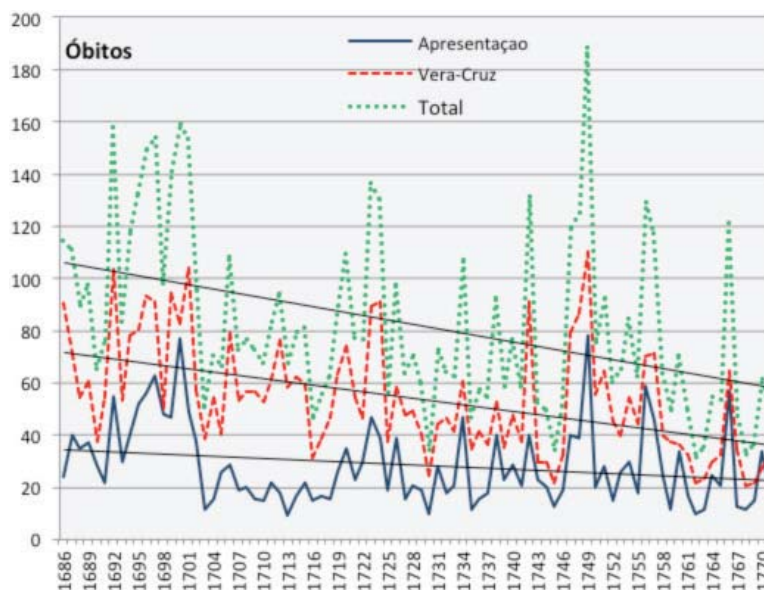
e Ílhavo. O sal, moeda de troca pelo apoio de potências estrangeiras à causa nacional, particularmente a Holanda, acabou por proporcionar às populações locais uma significativa melhoria das condições de vida, que poderão ter estado na origem do desenvolvimento populacional verificado na segunda metade do século XVII. Não há valores precisos para o peso do salgado na economia da vila para a segunda metade do século XVII. No entanto é possível descortinar que seria uma actividade razoavelmente significativa, tanto mais que o grande centro de produção de sal do país, Setúbal, estava com a produção completamente comprometida com a satisfação das necessidades dos holandeses e o pagamento da dívida nacional. Se a produção de Setúbal estava em exclusivo vocacionada para o fim enunciado, havia necessidade de satisfazer não só outra clientela estrangeira mas também o mercado nacional.

É neste ponto que entra a produção de Aveiro, que suprime parte das necessidades locais e nacionais servindo ainda para satisfazer parcialmente a procura exterior. Neste último caso é particularmente elucidativa a resposta dada pelo duque do Cadaval às preocupações do representante sueco em Lisboa. Este mostrava-se receoso de que, perante os compromissos assumidos pelo estado português para com os holandeses, não houvesse sal para enviar para o seu país. O duque, então desempenhando funções similares às de primeiro-ministro, ter-lhe-á respondido que a produção de Aveiro e outros lugares do reino não só satisfazia as necessidades do consumo interno como ainda havia excedentes para exportar (Rau 1984: 245). A demonstração dessa importância está num contrato de abastecimento de algumas vilas da Galiza realizado em 1668, após o restabelecimento das relações entre Portugal e Espanha, após a Guerra da Restauração. Esse contrato importava em 1333 contos de sal ou seja, perto dos 200 000 alqueires. (Amorim 1996: 386) A produção do salgado aveirense, empregue quer para consumo interno quer para satisfazer as necessidades do mercado exterior, não terá conhecido quebras numa nem noutra vertente até 1717. (Amorim 2009: 225)

Sinal desse mesmo crescimento encontra-se no número de baptismos que anualmente eram realizados nas freguesias da Vera-Cruz e Nossa Senhora da Apresentação. Estes apresentam um ritmo de crescimento anual interessante, particularmente na freguesia da Vera-Cruz, a partir de finais da primeira metade do século XVII. A quebra registada entre as décadas de 20 e 40 (que os picos de 1636-1638 não anulam) são a expressão das dificuldades económicas passadas na fase final do domínio filipino e a incerteza decorrente no movimento restaurador da independência. Como nota marginal realça-se a freguesia da Vera-Cruz com maior pujança demográfica, fruto também de uma maior extensão territorial e maior número de habitantes. Enquadrada a situação socioeconómica de Aveiro, qual então o papel da mortalidade no contexto demográfico?

Analise-se primeiramente a evolução dos óbitos em ambas as paróquias, quer de forma isolada, quer em conjunto, a partir do momento que parece ser o início do ponto de viragem para o perfil da mortalidade no século XVIII: o ano de 1686 (Gráfico 3).

Gráfico 3. Mortalidade em Aveiro (1686-1771) - Valores absolutos



A primeira leitura do gráfico conduz, com o auxílio das linhas de tendência, à constatação de um decréscimo, ao longo do tempo, dos valores absolutos da mortalidade em ambas as paróquias. Tal decréscimo nem será estranho, uma vez que, sensivelmente ao longo de todo o século XVIII e com início em momento similar, se registou um decréscimo acentuado dos baptismos/nascimentos.

Verifica-se facilmente a existência de “picos”, em números absolutos, de óbitos que dão a subentender a existência de crises de mortalidade. Estas, em potência, poderiam ter contribuído para a diminuição da população e consequentemente para a tendência verificada de redução dos nascimentos. Para uma melhor compreensão da mortalidade de uma população é tão importante conhecer e analisar as situações de “crise de mortalidade” quanto a composição da estrutura etária ao óbito. Ambas são fundamentais para uma melhor compreensão do fenómeno. No entanto, nem sempre a junção destes dois tipos de análise é possível de concretizar pelas características da qualidade do registo de óbito e mesmo dos restantes actos.

No caso vertente, apesar de algumas limitações, é possível analisar a mortalidade em geral, e a de menores em particular, a partir do final do século XVII e ao longo do XVIII (até 1770).⁶

Gráfico 4. Mortalidade de menores, acumulada - Apresentação

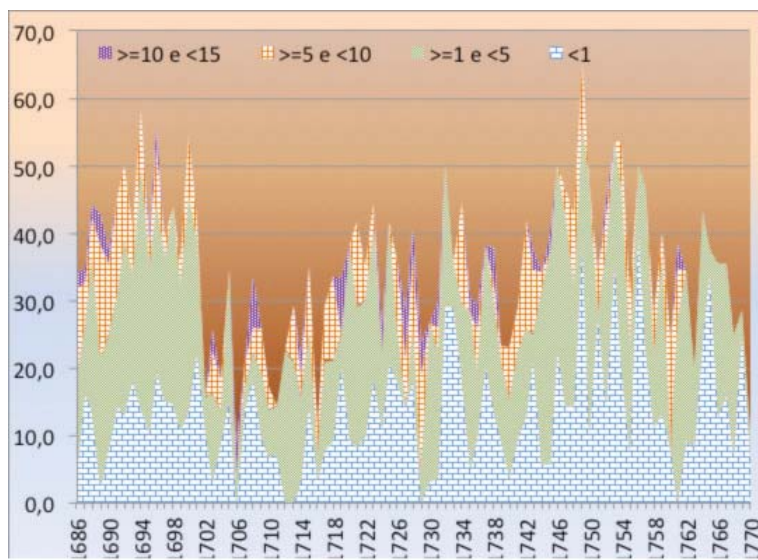
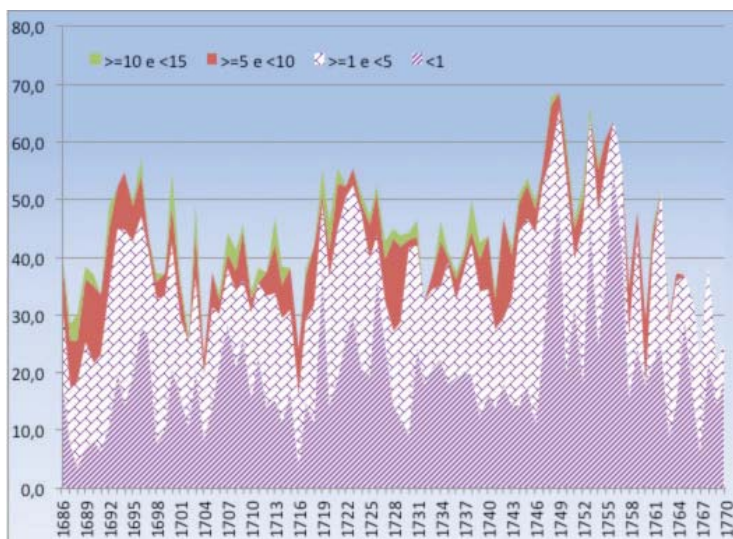


Gráfico 5. Vera-Cruz - óbitos de menores acumulados



⁶ Veja-se o quadro 1 e a explicação a ele associada. Para uma correcta interpretação consideraram-se como menores todos os indivíduos com idade inferior a 15 anos. Os cálculos foram realizados em função do universo de nascimentos em cada ano, em cada paróquia. O cômputo global obteve-se aglutinando as duas freguesias e refazendo-se os cálculos da forma antes indicada.

Partindo dos dados relativos ao nascimento das diversas gerações e procedendo a uma análise longitudinal do percurso de vida de cada indivíduo, foi possível construir o gráfico 4 que representa a mortalidade acumulada nos diversos grupos etários até aos 15 anos de idade na freguesia da Apresentação, entre 1686 e 1770. À parte os últimos anos não se encontrarem completos por força das idades consideradas⁷ e uma suspeição de incompletude dos dados entre a década de 1720-30, é possível verificar que, frequentemente, mais de 35% dos nascidos não chegam a completar os 15 anos de idade. Verifica-se com alguma facilidade que o volume de óbitos de menores de 15 anos é razoavelmente elevado, particularmente nas faixas etárias mais baixas: até 1 ano de idade e de 1 a 4 anos. Estes dois grupos constituem um grupo etário maior, denominado infanto-juvenil. A mortalidade registada nesse grupo designa-se mortalidade infanto-juvenil e para um indivíduo que nascesse nestes séculos passados, era uma fase muito sensível da vida, onde se jogava a sobrevivência ou o desenlace fatal. E não seriam necessários episódios dramáticos de fomes, epidemias ou guerras para que tal sucedesse. Mesmo em anos de tranquilidade, a todos os níveis, o risco era permanente. Também importantes são aquelas décadas, como por exemplo 90 do século XVII, e os anos de 1740 a 1760, em que o quociente de óbitos dos menores de 15 anos permanece quase sistematicamente acima dos 40%. Este facto é muito significativo para uma população. A mortalidade infantil tem aqui uma responsabilidade média de apenas 13,5% do total dos óbitos; já os óbitos da classe etária compreendida entre o primeiro e o quinto ano incompleto representam 15,9% do total, o que perfaz 29,4% dos óbitos ocorridos antes de concluídos 5 anos de vida: um quarto a um terço dos nascidos tem uma duração de vida muito curta.

Quadro 2. Mortalidade infantil (1691-1770)

Taxas de Mortalidade Infantil									
Anos	Apresentação			Vera-Cruz			Total		
	Nasc.	Óbitos	TMI	Nasc.	Óbitos	TMI	Nasc.	Óbitos	TMI
1691-1700	386	55	142	477	75	157	863	130	151
1701-1710	268	30	112	545	100	183	813	130	160
1711-1720	269	20	74	430	69	160	699	89	127
1721-1730	256	32	125	394	84	213	650	116	178
1731-1740	319	44	138	497	93	187	816	137	168
1741-1750	288	43	149	415	91	219	703	134	191
1751-1760	279	58	208	337	106	315	616	164	266
1761-1770	316	48	152	405	68	168	721	116	161
1691-1770	2381	330	139	3500	686	196	5881	1016	173

⁷ Para todos os gráficos semelhantes que adiante se apresentarão as classes etárias mais elevadas vão deixando de estar representadas à medida que se aproxima a data limite final.

Se esta freguesia apresenta este panorama em termos de óbitos, que se pode esperar da Vera-Cruz? Com as mesmas limitações apontadas para a Apresentação, mas com dados mais sólidos e aparentemente sem falhas, o gráfico 5 mostra um cenário muito semelhante: os mesmos altos e baixos nos mesmos tempos, mas valores um pouco mais elevados. Neste caso a mortalidade infantil apresenta aqui um maior peso: 19,6% dos óbitos, em média, são de crianças com menos de um ano de vida; a faixa etária seguinte segue a pouca distância: 17,6%. Compilando estes dois grupos obtém-se um total de 37,2%, ou seja, mais de um terço dos nascidos não completa cinco anos de idade. O valor do total dos óbitos de menores de 15 anos em cada geração está, nesta freguesia, com frequência, acima dos 40%, e um número significativo de vezes acima dos 50 ou mesmo dos 60%. Em ambas as freguesias, a mortalidade infantil, apesar de elevada, encontra-se ainda assim a uma distância significativa de outros valores encontrados quer a nível nacional quer no estrangeiro. Os quadros seguintes mostram, em termos comparativos, as duas freguesias tomadas isoladamente e em conjunto, para três escalões etários.

Como primeira nota de observação dos valores da mortalidade infantil na freguesia da Apresentação, importa referir que o valor obtido para a década 1711-1720 (e talvez mesmo as duas décadas enquadrantes, por comparação com o que ocorre na vizinha freguesia da Vera-Cruz) aparenta sofrer de uma subavaliação determinada por deficiência no registo de óbitos nessa década. Existe, de facto, um aparente sub-registo de óbitos geral, que não afecta particularmente este ou aquele grupo etário. Os valores podem considerar-se num escalão relativamente baixo para a época, quando tomados em comparação mais geral com outros resultados obtidos para Portugal e Europa, mas encontram-se dentro dos valores já conhecidos para a região do noroeste português.

O aspecto mais interessante destes valores observados reside em duas particularidades que não deixam de ser significativas: estas paróquias são de características urbanas e uma boa parte da sua população está ligada às actividades do mar, seja como pescadores, mareantes ou marnotos. Tradicionalmente, e pelo que se tem observado em outros estudos já realizados em populações com estes atributos, existe uma tendência para níveis elevados de mortalidade infantil. Não parece ser este o caso. Mas estará o problema na mortalidade infantil? Será que nos tempos do antigo regime demográfico eram os níveis de mortalidade infantil que condicionavam o desenvolvimento de uma população?

Antes de avançar para a análise dos quadros 3 e 4 convém realçar que as duas últimas décadas do quadro 4 e a última do quadro 3 não apresentam os resultados completos, uma vez que, ao terminar por ora o levantamento dos óbitos em 1771, fica incompleta a validação das gerações dos nascidos após 1766, no caso do quadro 3. No do quadro 4, as duas últimas décadas, particularmente as dos nascidos após 1756, ficam incompletas pelos

mesmos motivos. Daí também os valores um pouco mais baixos registados nos quadros, que apenas significam esta não completitude dos dados.

A apreciação da mortalidade infanto-juvenil tem passado despercebida, a maior parte das vezes, nos diversos trabalhos sobre população do Antigo Regime. Tal dever-se-á, na maioria dos casos, à escassez de dados provenientes das fontes normalmente utilizadas – os registos paroquiais. No entanto, a análise deste nível de mortalidade pode revelar-se fundamental para a compreensão do fenómeno da mortalidade nas idades mais jovens e será provavelmente determinante para a evolução da população e dos seus comportamentos demográficos em geral. No caso vertente, a riqueza informativa das fontes, a excelente qualidade da informação nela contida e o registo sistemático de todos os eventos ocorridos nas duas freguesias abrem a possibilidade ao tratamento da informação desta categoria de mortalidade.

Quadro 3. Mortalidade infanto-juvenil

Taxas de Mortalidade Infanto-juvenil									
Anos	Apresentação			Vera-Cruz			Total		
	Nasc.	Óbitos	TMIJ	Nasc.	Óbitos	TMIJ	Nasc.	Óbitos	TMIJ
1691-1700	386	149	386	477	175	367	863	324	375
1701-1710	268	54	201	545	181	332	813	235	289
1711-1720	269	62	230	430	147	342	699	209	299
1721-1730	256	67	262	394	177	449	650	244	375
1731-1740	319	91	285	497	191	384	816	282	346
1741-1750	288	103	358	415	192	463	703	295	420
1751-1760	279	101	362	337	156	463	616	257	417
1761-1770	316	95	301	405	134	331	721	229	318
1691-1770	2381	722	303	3500	1353	387	5881	2075	353

O quadro 3 expõe os valores obtidos para a mortalidade registada até aos cinco anos de idade. É possível observar um significativo incremento dos valores registados por comparação à mortalidade infantil. De um valor global de 139, 196 e 173, respectivamente para Apresentação, Vera-Cruz e para o conjunto das duas paróquias, passa-se para valores de 303, 387 e 353, pela mesma ordem. Uma análise mais pormenorizada ao grupo etário [1-5] revela valores muito elevados mesmo fora de momentos de crise de mortalidade, o que leva a supor intervirem outras causas no agravamento da mortalidade.

Quadro 4. Mortalidade de menores de 15 anos

Taxas de Mortalidade menores 15 anos									
Anos	Apresentação			Vera-Cruz			Total		
	Nasc.	Óbitos	TM	Nasc.	Óbitos	TM	Nasc.	Óbitos	TM
1691-1700	386	178	461	477	217	455	863	395	458
1701-1710	268	67	250	545	218	400	813	285	351
1711-1720	269	71	264	430	186	433	699	257	368
1721-1730	256	88	344	394	208	528	650	296	455
1731-1740	319	107	335	497	219	441	816	326	400
1741-1750	288	122	424	415	225	542	703	347	494
1751-1760	279	116	416	337	174	516	616	290	471
1761-1770	316	98	310	405	136	336	721	234	325
1691-1770	2381	847	356	3500	1583	452	5881	2430	413

O panorama de agravamento dos valores da mortalidade continua nas faixas etárias seguintes, embora com uma intensidade bastante menor. Mesmo assim, e como fica exposto no quadro 4, mais de 40% dos nascidos, em termos globais, não chegam a completar os 15 anos de idade. Isto terá, naturalmente, reflexos no desenvolvimento da população, afectando-a aos mais diversos níveis.

Se a observação dos óbitos em termos geracionais e sob o ponto de vista longitudinal oferece um panorama daquilo que se passa ao nível das gerações, a análise do momento do óbito fornece um olhar instantâneo da realidade das defunções em determinado espaço temporal. Se, sob o ponto de vista longitudinal, se tomou como referência o momento do nascimento e se desenvolveu a análise a partir dele, na perspectiva transversal toma-se como referência o momento do óbito.

Neste caso, e para a análise ser precisa, necessitar-se-ia de conhecer as datas de nascimento de todos os defuntos, o que é, neste caso, manifestamente impossível. Ainda assim, e por força da boa qualidade dos registos, consegue-se um bom desempenho neste campo. Pela falta de toda a informação necessária, os resultados que de seguida se apresentam devem ser considerados o *limiar mínimo de existência*, ou seja, os valores mínimos de mortalidade que se verificam em determinado momento.

Quadro 5. Mortalidade Infantil (%)

Mortalidade Infantil									
Anos	Apresentação			Vera-Cruz			Total		
	Ó. Totais	Óbitos	QMI	Ó. Totais	Óbitos	TMIJ	Ó. Totais	Óbitos	TMIJ
1691-1700	490	79	16,1	778	75	9,6	1268	154	12,1
1701-1710	240	44	18,3	589	97	16,5	829	141	17,0
1711-1720	197	27	13,7	568	70	12,3	765	97	12,7
1721-1730	263	38	14,4	535	81	15,1	798	119	14,9
1731-1740	252	55	21,8	436	95	21,8	688	150	21,8
1741-1750	313	44	14,1	569	92	16,2	882	136	15,4
1751-1760	292	57	19,5	499	106	21,2	791	163	20,6
1761-1770	216	50	23,1	303	66	21,8	519	116	22,4
	2263	394	17,4	4277	682	15,9	6540	1076	16,5

Para o fim em vista de análise da mortalidade e com o intuito de se manter um paralelismo com a análise das gerações, consideraram-se primordialmente os mesmos grupos de idades. As limitações decorrentes do desconhecimento da idade ao óbito ficam, neste caso, um pouco mitigadas, pois o levantamento dos dados dos baptismos remonta ao século XVI. Neste caso, todos os que faleceram nestas paróquias e dos quais se possui data de nascimento estão sempre relacionados com o total de óbitos registado, independentemente de se conhecerem ou não as idades ao falecimento.

Tomando a mortalidade infantil como ponto de partida, é possível aquilatar-se da real proximidade dos valores em termos globais com os observados para a análise longitudinal: 17,3% para este caso e 16,5% para a análise transversal. São valores que, mesmo assim, ainda se encontram abaixo de muitos resultados habitualmente encontrados para este tempo, em outras localidades. Em termos das freguesias consideradas individualmente, verifica-se uma inversão: nesta perspectiva, a freguesia da Apresentação regista maior número de óbitos de menores de um ano ao passo que a Vera-Cruz conhece um decréscimo proporcional ao aumento da Apresentação.

Quadro 6. Mortalidade Infanto-juvenil (%)

Mortalidade Infanto-juvenil									
Anos	Apresentação			Vera-Cruz			Total		
	Ó. Totais	Óbitos	QMIJ	Ó. Totais	Óbitos	QMIJ	Ó. Totais	Óbitos	QMIJ
1691-1700	490	177	36,1	778	168	21,6	1268	345	27,2
1701-1710	240	83	34,6	589	179	30,4	829	262	31,6
1711-1720	197	59	29,9	568	152	26,8	765	211	27,6
1721-1730	263	72	27,4	535	165	30,8	798	237	29,7
1731-1740	252	100	39,7	436	186	42,7	688	286	41,6
1741-1750	313	100	31,9	569	215	37,8	882	315	35,7
1751-1760	292	108	37,0	499	168	33,7	791	276	34,9
1761-1770	216	99	45,8	303	129	42,6	519	228	43,9
	2263	798	35,3	4277	1362	31,8	6540	2160	33,0

Quando se passa para a mortalidade infanto-juvenil, o panorama é em tudo semelhante: ao valor global final de 33% na análise transversa opõe-se uns não muito distantes 35,3% na análise por gerações. O comportamento é semelhante quando consideradas isoladamente as duas freguesias, isto é, os valores invertem-se de forma proporcional. Finalmente, neste contexto, a análise da totalidade dos óbitos dos menores de 15 anos acaba por, no contexto das duas paróquias, conduzir à mesma conclusão: os valores globais são muito semelhantes e os resultados de cada freguesia aparecem invertidos em termos individuais. A diferença final em termos globais é de 1,4%.

Quadro 7. Mortalidade de menores de 15 anos (%)

Menores de 15 anos									
Anos	Aparentação			Vera-Cruz			Total		
	Ó. Totais	Óbitos	Q<15	Ó. Totais	Óbitos	Q<15	Ó. Totais	Óbitos	Q<15
1691-1700	490	234	47,8	778	227	29,2	1268	461	36,4
1701-1710	240	101	42,1	589	213	36,2	829	314	37,9
1711-1720	197	68	34,5	568	187	32,9	765	255	33,3
1721-1730	263	94	35,7	535	202	37,8	798	296	37,1
1731-1740	252	118	46,8	436	215	49,3	688	333	48,4
1741-1750	313	121	38,7	569	253	44,5	882	374	42,4
1751-1760	292	127	43,5	499	199	39,9	791	326	41,2
1761-1770	216	109	50,5	303	142	46,9	519	251	48,4
	2263	972	43,0	4277	1638	38,3	6540	2610	39,9

O que aqui convém destacar é o valor muito elevado de população com menos de 15 anos que desaparece da lista dos vivos: praticamente 40% do total, quer se tome uma ou outra forma de cálculo. Recorde-se que este número é o *limiar mínimo de existência*. Não se pode esquecer que ainda há casos de indivíduos, muitos deles de menor idade, que não foram incluídos em nenhum escalão etário por força de não se poder determinar a sua idade exacta. Foram casos de indivíduos para os quais não se encontrou o assento de baptismo e a indicação no registo de óbito dizia simplesmente ser um menor de “*cerca dez anos de idade*”, por exemplo, ou ainda outros casos semelhantes. Por essa incerteza não foram contabilizados, o que leva à dedução lógica de os valores serem ainda maiores.

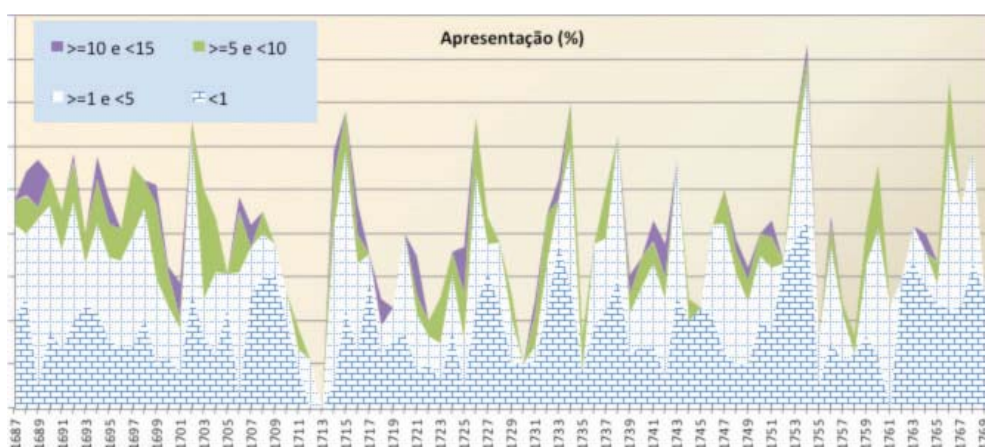
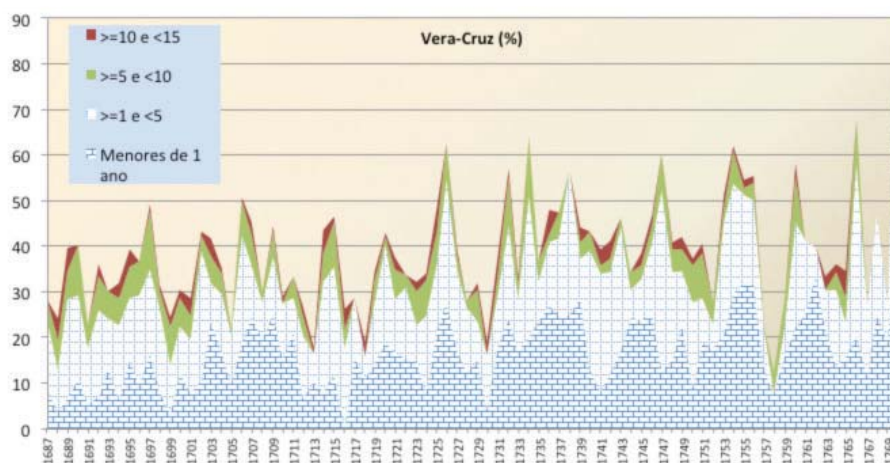
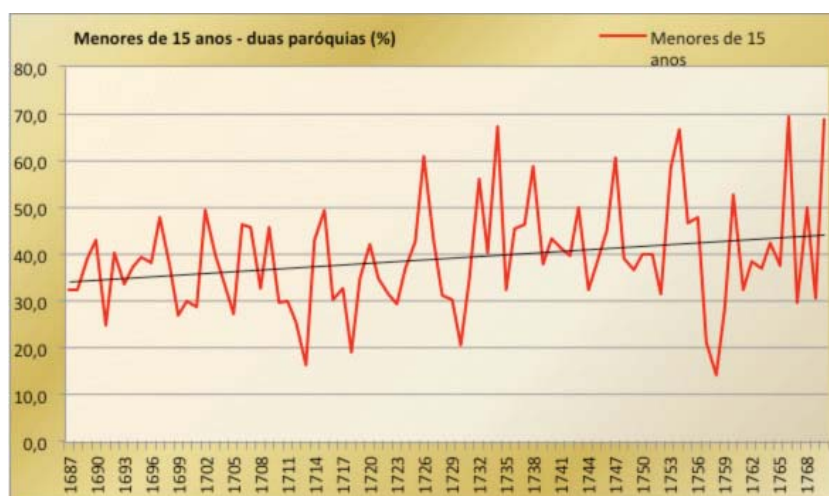
Gráfico 6. Mortalidade de menores na freguesia da Aparentação (%) – Análise Transversa

Gráfico 7. Mortalidade de menores na freguesia da Vera-Cruz (%) - Análise Transversa

Os gráficos 6 e 7 ilustram a mortalidade dos menores de 15 anos em cada uma das freguesias, decompostas por cada escalão etário. Repare-se que, com alguma frequência, ultrapassam os 50% dos óbitos registados em ambas as freguesias, embora em momentos diferentes. O gráfico 8 apresenta o traçado anual dos valores da mortalidade dos menores de 15 anos ao longo de quase 100 anos. A conclusão que ressalta de forma imediata é o crescendo dos valores da mortalidade ao longo dos anos destes grupos etários. O valor médio situa-se na casa dos 40% para todo o período e a linha de tendência acaba por demonstrar, de forma inequívoca, se dúvidas houvesse, que se está perante uma marcha ascendente dos valores desta mortalidade. Mesmo após a primeira abertura artificial da barra de Aveiro, em 1756, os níveis de mortalidade destes grupos etários continuam em alta.

Gráfico 8. Evolução da mortalidade de menores de 15 anos nas duas paróquias (%)

As crises de mortalidade

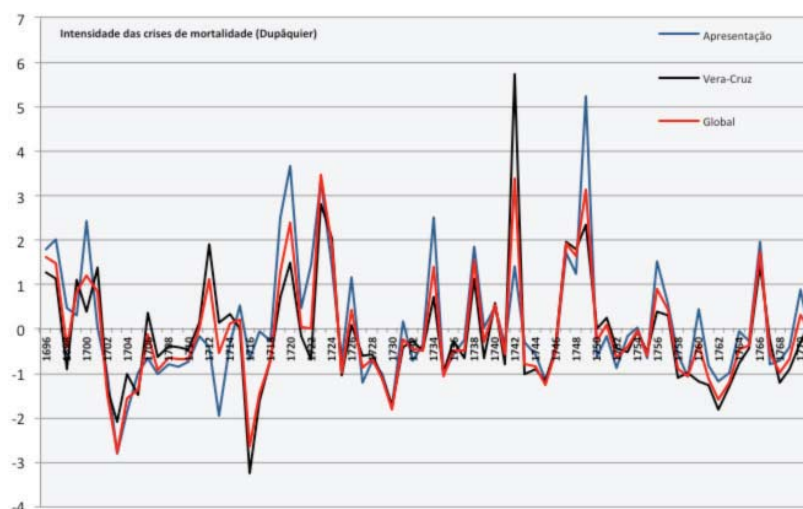
Quadro 8. Crises de mortalidade (síntese)

Classificação das crises (abreviada)			
Ano	Apresentação	Vera-Cruz	Global
1696	Menor	Menor	Menor
1697	<i>Média</i>	Menor	Menor
1699		Menor	
1700	<i>Média</i>		Menor
1701		Menor	
1712		Menor	Menor
1719	<i>Média</i>		Menor
1720	<i>Média</i>	Menor	<i>Média</i>
1722	Menor		
1723	<i>Média</i>	<i>Média</i>	<i>Média</i>
1724	Menor	<i>Média</i>	Menor
1726	Menor		
1734	<i>Média</i>		Menor
1738	Menor	Menor	Menor
1742	Menor	Forte	<i>Média</i>
1747	Menor	Menor	Menor
1748	Menor	Menor	Menor
1749	Forte	<i>Média</i>	<i>Média</i>
1756	Menor		
1766	Menor	Menor	Menor

Perante um panorama preocupante em termos de mortalidade de menores, torna-se lícito questionar se não haverá na construção desta situação um papel importante de crises de mortalidade. Crises que afectassem esta população de tal forma que a impedissem de crescer; que, antes pelo contrário, a fizesse perder gente. A historiografia tradicional local realça e acentua o papel das epidemias para justificar tal decréscimo populacional, aliando-o sistematicamente às más condições da barra. Mas será que existiram tantas crises de mortalidade que destroçassem sistematicamente a população? Ou foram em menor número e tiveram uma virulência inaudita? É o que se analisará de seguida.

Para determinar a existência das crises de mortalidade aplicou-se ao número de óbitos o método de determinação de crises de mortalidade proposto por J. Dupâquier. Estabeleceu-se para o efeito de determinação da média aritmética os 10 anos anteriores ao ano em apreço. A escala de intensidade é a já sobejamente conhecida⁸. Os cálculos foram efectuados para as freguesias tomadas isoladamente e agrupadas, sendo os resultados apresentados no quadro 8 e gráfico 9.

⁸ Neste caso seguiu-se a graduação proposta por Dupâquier de considerar os valores compreendidos entre 1 e 2 como crise menor. No entanto, há autores que consideram apenas a situação de crise a partir do valor 1,5. Se esta segunda opção fosse levada em consideração, o número de crises consideradas “Menor” reduzir-se-iam a 2/3 das aqui consideradas.

Gráfico 9. Intensidade das crises de mortalidade

Um pouco surpreendentemente, não se vislumbram crises de mortalidade com intensidades de nível superior. Tomado o conjunto das freguesias da Apresentação e Vera-Cruz, a intensidade das crises existentes não ultrapassa a classificação de média e, nesta categoria, nem sequer se aproxima do limite superior. Não há sinais de crises com intensidades elevadas. Predominam as crises consideradas menores, como o quadro 8 realça. Crises fortes ou maiores são apenas duas: uma em cada freguesia. Dos vinte anos em que se registaram crises de intensidade numa ou noutra freguesia resultou que a intensidade em 5 momentos era tão fraca que não chegou a dar origem a uma crise em termos globais nas duas freguesias.

Um pormenor ainda a reter: duas sequências de anos com crises ainda que combinadas de classificação média e menor – os anos de 1722 a 1724 e 1747 a 1749. Podem, naturalmente, não produzir um efeito que chame a atenção, mas produzem um efeito de contínuo “desgaste” que acaba por minar a estrutura e produzir resultados mais significativos.

A análise da crise em si, das suas componentes, da sua distribuição no tempo e do grau de incidência, ajuda a perceber o fenómeno e a retirar possíveis ilações e implicações desse mesmo evento para a população afectada. Para ilustrar, escolheu-se a crise de 1747-1749, cujo âmbito territorial de incidência se terá restringido a Aveiro e alguns concelhos envolventes.

A crise de 1747-1749

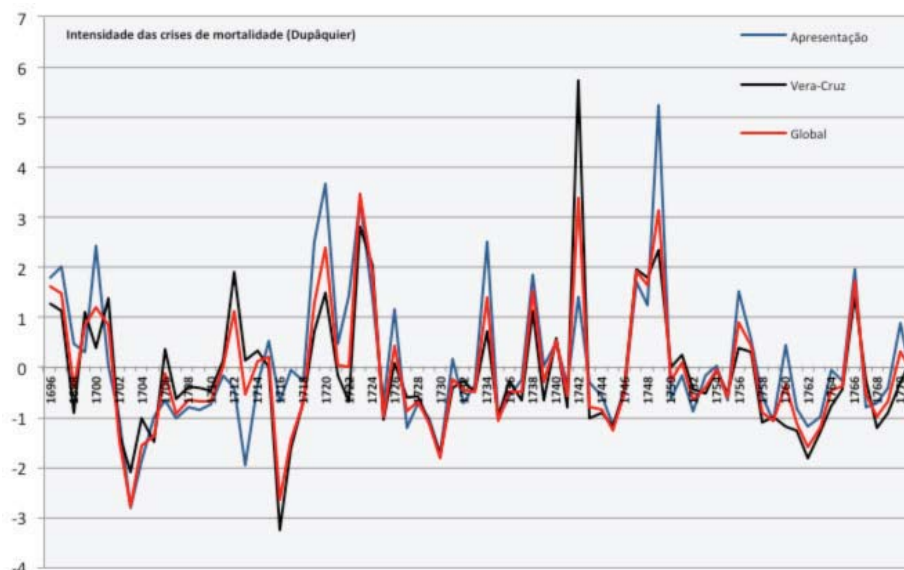
Não terá sido, como já se afirmou, uma crise à escala nacional. A sua origem não é de fácil determinação e parece não ter paralelo significativo com outros pontos do país. Apenas Idanha-a-Nova conheceu fenómeno semelhante, mas aparenta ter uma natureza distinta. Se a crise de Idanha-a-Nova se correlaciona com as epidemias de tifo registadas em Espanha na mesma época, a de Aveiro parece bem distante desse contágio. Somente os vizinhos concelhos de Eixo e Aradas (mais o primeiro que o segundo) sentiram situações de crise de mortalidade (Ferreira, 2005: 490-495), o que leva a crer tratar-se de uma crise com características localizadas, a nível regional.⁹

A crise que emerge em 1747-1749 tem uma duração temporal significativa nas freguesias da então ainda vila de Aveiro. As freguesias da Vera-Cruz e da Apresentação sentiram, de forma clara, os efeitos da pandemia que grassou, tal como as restantes duas paróquias da zona urbana. O número global de óbitos registado no decurso destes três anos cifrou-se em 507 só nas duas freguesias em apreço. A sua distribuição não foi, todavia, igual nem nos anos nem ao longo de cada ano. Pelo perfil da sequência dos óbitos trata-se de uma crise estivo-outonal.

Tendo começado em 1747 a subida anormal do número de óbitos, foi no Verão que essa anormalidade deu sinais claros de se estar perante um ano diferente. Em ambas as freguesias, os valores elevam-se a partir de julho para alcançarem o zénite em agosto, diminuindo depois até dezembro. A descida foi, no entanto, mais lenta na Vera-Cruz que na Apresentação. No ano seguinte, repete-se o padrão, no entanto com uma menor intensidade e com um ligeiro “décalage” da Vera-Cruz em relação à Apresentação. A normalidade tende a estabilizar em janeiro-fevereiro do ano seguinte. No entanto, será neste mesmo ano, e nos meses já habituais, que o impacto é mais violento: só em agosto e setembro registaram-se 84 óbitos nas duas paróquias. O regresso à normalidade efectua-se com alguns sobressaltos, mas nada comparáveis aos anteriores.

⁹ Faltam ainda estudos para Esgueira, Cacia e a região Ílhavo-Vagos para aquilatar a extensão territorial deste surto de mortalidade.

Gráfico 10. A crise de 1747-1749 (valores absolutos) e sua distribuição temporal



Se a incidência da mortalidade no espaço temporal é facilmente determinável, já a identificação das defunções em termos de idades não se afigura tão simples. No entanto, e dado este caso particularmente interessante de se dispor de registos muito fiáveis que proporcionam a identificação dos indivíduos de forma segura e praticamente inequívoca, abre-se a possibilidade de explorar o grau de incidência da mortalidade por faixa etária. Assim, considerando o período de 1747-49, elaboraram-se os seguintes quadros:

Quadro 9. Distribuição dos óbitos de acordo com o conhecimento da idade

Idades ao óbito		1747			1748			1749			1747-1749		
		Apresentação	Vera-Cruz	Total	Apresentação	Vera-Cruz	Total	Apresentação	Vera-Cruz	Total	Apresentação	Vera-Cruz	Total
<i>Sem Idade Conhecida</i>	Maiores	7	10	17	8	17	25	15	25	40	30	52	82
	Desconhecida	3	5	8	0	4	4	2	4	6	5	13	18
	Total	10	15	25	8	21	29	17	29	46	35	65	100
<i>Idade Conhecida</i>	0-1	5	10	15	4	13	17	8	25	33	17	48	65
	1-4	12	35	47	8	16	24	11	11	22	31	62	93
	5-9	3	7	10	2	4	6	4	5	9	9	16	25
	10-14	0	0	0	1	1	2	2	3	5	3	4	7
	>=15	10	12	22	16	31	47	36	37	73	62	80	142
	Total	30	64	94	31	65	96	61	81	142	122	210	332

Quadro 10. Distribuição dos óbitos de idades conhecidas por grupos de idades

Idade ao óbito	1747			1748			1749			1747-1749		
	Apresentação	Vera-Cruz	Total	Apresentação	Vera-Cruz	Total	Apresentação	Vera-Cruz	Total	Apresentação	Vera-Cruz	Total
<1	5	10	15	4	13	17	8	25	33	17	48	65
>=1 e <15	15	42	57	11	21	32	17	19	36	43	82	125
Total de <15	20	52	72	15	34	49	25	44	69	60	130	190
Total de >=15	17	22	39	24	48	72	51	62	113	92	132	224
Total	37	74	111	39	82	121	76	106	182	152	262	414
Desconhecidos	3	5	8	0	4	4	2	4	6	5	13	18
Total geral	40	79	119	39	86	125	78	110	188	157	275	432

Quadro 11. Mortalidade por grupos de idades em %

Idade ao óbito	1747			1748			1749			1747-1749		
	Apresentação	Vera-Cruz	Total	Apresentação	Vera-Cruz	Total	Apresentação	Vera-Cruz	Total	Apresentação	Vera-Cruz	Total
% Mortalidade de menores de 15 anos (idades conhecidas)	66,7	81,3	76,6	48,4	52,3	51,0	41,0	54,3	48,6	49,2	61,9	57,2
% Mortalidade de menores de 5 anos (idades conhecidas)	56,7	70,3	66,0	38,7	44,6	42,7	31,1	44,4	38,7	39,3	52,4	47,6
% Mortalidade de menores de 1 ano (idades conhecidas)	16,7	15,6	16,0	12,9	20,0	17,7	13,1	30,9	23,2	13,9	22,9	19,6

Para um total de 432 óbitos ocorridos neste período, apenas se desconhece a idade exacta de 18 indivíduos que se englobariam no escalão de menores de 15 anos (cf. quadro 11); dos restantes 82 sabe-se, à partida, que são maiores, ou por assim estar expresso no registo de óbito ou porque se deduziu, dado o facto de serem indicados casados ou viúvos no registo de óbito, ou outras situações também anotadas no registo. Em caso de dúvida, a indicação do valor pago pela cova de sepultura esclarecia se o indivíduo era maior ou não.

Esta crise de mortalidade é, definitivamente, uma crise de menores de idade, considerando-se estes até à idade de 15 anos. Mesmo considerando somente a mortalidade infanto-juvenil (0 a menores de 5 anos) continuaria a ser uma crise de menores atendendo a que praticamente metade dos óbitos neste período pertence a esse escalão etário.¹⁰

¹⁰ Ainda assim haveria a considerar neste número aqueles 18 indivíduos que são claramente de menor idade e apenas não foram considerados por não se ter a idade precisa.

Conclusão

Apesar de o espaço temporal analisado não ser muito dilatado nem o espaço físico abranger todo o tecido urbano da cidade de Aveiro, é, ainda assim, possível, retirar algumas conclusões que se afiguram importantes. Sem preocupações de ordenamento por grau de importância, pode afirmar-se, com margem de segurança suficiente, que a ideia, durante tanto tempo propalada, de que Aveiro era assolada com frequência por epidemias desastrosas para a população não se confirma, pelo menos nestas duas freguesias. E isto é ainda mais relevante por se tratar de freguesias que, apesar de urbanas, eram consideradas de “arrabalde”. A zona nobre da cidade ficava na freguesia da matriz, S. Miguel, que correspondia à parte mais antiga da cidade. As crises de mortalidade que surgem são de fraca intensidade, não emergindo nenhuma de cariz catastrófico nem mesmo perto disso. Relembre-se que, nos oitenta anos analisados, apenas se verificaram dois momentos de crises de intensidade “maior” ou “forte”: um em cada freguesia.

Mas também é certo que estas freguesias, e a cidade por acréscimo, foram perdendo população. Foi isto resultado da perda de importância económica derivada da menor procura do salgado aveirense? Terá sido o progressivo afastamento da barra de Aveiro, a sua instabilidade para a navegação que limitaram a actividade comercial e afastaram da cidade o interesse mercantil? Ou foi a cada vez maior carga tributária sobre as pessoas e a actividade económica que afastou população e negócios?

Talvez todas estas razões tenham tido a sua importância e quota-parte no decréscimo populacional e económico da cidade. Mas o factor mais importante parece estar na própria população. Neste caso, em vários aspectos. Um primeiro foi a incapacidade da cidade se tornar um foco atractivo para novos habitantes¹¹, o que lhe limitou a capacidade de renovação. Um segundo é que não terão sido as crises de mortalidade ou uma elevada mortalidade infantil que terão minado as possibilidades de crescimento da população; pelo contrário as crises foram poucas e os valores encontrados para a mortalidade de menores de um ano não indicam esse sentido. Já o mesmo não se poderá dizer da mortalidade infanto-juvenil. Quase 50% dos óbitos nestas duas freguesias são atribuídos a indivíduos menores de 15 anos e, dentro deste grupo, é precisamente o escalão entre o primeiro e o quinto ano de vida que leva a maior fatia. É após o primeiro ano de vida que os riscos são maiores. O fim do aleitamento materno desprotege a criança, que fica mais facilmente exposta às influências e ameaças externas e desprovida da protecção que o leite materno facultava.

¹¹ Necessitará de uma investigação mais apurada, mas o que perpassa a partir do levantamento dos registos paroquiais já realizado conduz a esta conclusão prévia.

Analisado a geografia destas duas paróquias, constata-se que são praticamente uma ilha: separadas do resto da cidade, a sul, pelo canal da Ribeira, apesar das duas pontes que as ligavam à zona alta e nobre da cidade, circundam-nas pelo norte e poente zonas de marinha e pântano. Mesmo a sudeste (onde hoje se situa a avenida Dr. Lourenço Peixinho) ainda havia um outro pântano – o Cojo, junto ao qual estavam praticamente encostadas as primeiras casas da Vera-Cruz. A eliminação destes pântanos foi considerada fundamental, desde os primeiros estudos mais abrangentes para a fixação da barra de Aveiro, para resolver os problemas de salubridade da cidade. Não que provocassem epidemias constantes, mas eram um foco propício à existência de condições endémicas que provocavam uma mortalidade pernicioso, insidiosa e persistente, particularmente nos grupos etários menos protegidos: os menores de 15 anos.

Mais do que uma mortalidade infantil elevada, é uma forte mortalidade infanto-juvenil que se torna responsável por alguma das limitações da população destas freguesias. A mortalidade infanto-juvenil tem sido um pouco esquecida nas análises demográficas e é de crer que uma maior atenção a esta faixa etária seria enriquecedora para as análises de mortalidade.

A mortalidade infantil nestas duas freguesias da cidade de Aveiro, apesar do seu carácter urbano, segue um padrão semelhante ao encontrado para o noroeste português: uma mortalidade suave para a época em referência – século XVIII. A inexistência de crises de mortalidade particularmente gravosas propiciou, de alguma forma, a relativa suavidade da mortalidade infantil. Mas, e uma vez mais, é de realçar que a riqueza dos registos paroquiais destas freguesias poderão facultar, com a continuação do trabalho de levantamento, novos e importantes dados.

Bibliografia

Amorim, Inês. 1996. *Aveiro e a sua provedoria no século XVIII (1690-1814): estudo económico de um espaço histórico*. Comissão de Coordenação da Região Centro. Coimbra.

Amorim, Inês. 1997. Fazer e desfazer um preconceito: o da mortalidade «excepcional» de Aveiro no séc. XVIII. *Revista População e Sociedade*, 3 (99-136).

Amorim, Inês. 2000. Urbanismo e cidades portuárias: Aveiro na segunda metade do século XVIII. *Análise Social*, 156 (605-650).

Amorim, Inês. 2009. De vila a cidade: transformações político-administrativas e dinâmicas económicas. Actividade portuária e produção de sal in Amaro Neves e Delfim Bismarck Ferreira (eds.), *História de Aveiro – Síntese e Perspectivas*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro.

Barbosa, Maria Hermínia Vieira. 2001. *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Cadernos NEPS. NEPS. Guimarães.

Ferreira, Francisco Messias Trindade. 2005. *Viver e morrer no território do antigo concelho de Eixo (1590-1910)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho. 2005.

Ferreira, Francisco Messias Trindade. 2009. Crises de Mortalidade em sete paróquias do Baixo Vouga, *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães “Do Absolutismo ao Liberalismo”*, vol. IV, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 163-191.

Ferreira, Francisco Messias Trindade. 2009. A questão demográfica in Amaro Neves e Delfim Bismarck Ferreira (eds.), *História de Aveiro – Síntese e Perspectivas*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro.

Rau, Virgínia. 1984. *Estudos sobre a História do Sal Português*, Editorial Presença. Lisboa.